

## EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO 09.004/2026-PQ

O Município de Guaiúba - CE, através da Secretaria de Infraestrutura e Habitação, torna público que realizará a Pré-Qualificação das empresas interessadas em participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 09.004/2026-CE**, cujo objeto destina-se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO RURAL NO DISTRITO DE DOURADO NO MUNICÍPIO DE GUAÍÚBA - CE.**

Os documentos deverão ser enviados para o endereço eletrônico **licitacao@guaiuba.ce.gov.br** ou enviados por via postal para o seguinte endereço: Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaiúba-CE, na Rua Pedro Augusto, 53, Bairro Centro, Guaiúba – CE.

**INÍCIO DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS:** A partir do dia 24 de junho de 2026.

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: Tribunal de Contas do Estado do Ceará: [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes) e pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

## 1. PREÂMBULO

### EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO 09.004/2026-PQ

O Município de Guaiúba-CE, através da Secretaria de Infraestrutura e Habitação torna público que realizará a Pré-Qualificação das empresas interessadas em participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 09.004/2026-CE**, cujo objeto destina-se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO RURAL NO DISTRITO DE DOURADO NO MUNICÍPIO DE GUAÍÚBA - CE.**

Os documentos deverão ser enviados para o endereço eletrônico **licitacao@guaiuba.ce.gov.br** ou enviados por via postal para o seguinte endereço: Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaiúba-CE, na Rua Pedro Augusto, 53, Bairro Centro, Guaiúba – CE.

#### **CRONOGRAMA:**

**RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS:** A partir do dia 24 de junho de 2026. (15 DIAS ÚTEIS).

**FIM DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS:** Até dia 16 de julho de 2026.

**DIVULGAÇÃO DOS LICITANTES PRÉ-QUALIFICADOS:** 31 de julho de 2026. (10 DIAS ÚTEIS).

**ABERTURA DO PRAZO RECURSAL:** 03 de agosto de 2026.

**DIVULGAÇÃO DE RECURSOS APRESENTADOS:** 07 de agosto de 2026.

**ABERTURA DO PRAZO DE CONTRARRAZÕES:** 10 de agosto de 2026.

**DATA LIMITE PARA PUBLICAÇÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS:** 02 de setembro de 2026. (13 DIAS ÚTEIS).

A justificativa para a utilização do cronograma apresentado no processo de pré-qualificação é fundamentada com base nos requisitos legais e nos princípios de competitividade e eficiência, que orientam as licitações públicas, conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021 e pelas orientações jurisprudenciais do Tribunal de Contas da União, conforme transcrevemos a seguir:

O período estipulado para o recebimento dos documentos atende aos princípios de isonomia e ampla participação, assegurando tempo suficiente para que os interessados preparem e submetam sua documentação. Conforme orientado pelo TCU, prazos muito curtos podem impedir a participação de potenciais interessados e comprometer a seleção da proposta mais vantajosa (**Orientações e Jurisprudência do TCU sobre Licitações e Contratos - 5ª Edição: 621**). Outrossim, a realização da concorrência após o julgamento dos recursos permite que todas as questões sejam resolvidas com suficiente antecedência, garantindo que todos os participantes estejam em igualdade de

condições no momento da licitação, conforme princípios de isonomia, competitividade e eficiência, estabelecidos na **Lei 14.133/2021**.

Portanto, os prazos do cronograma proposto parecem razoavelmente justificados pela necessidade de garantir um processo equitativo, transparente e eficiente. No entanto, recomenda-se sempre estar atento às eventuais particularidades do processo que possam requerer adaptações no cronograma para melhor atender aos objetivos do certame e às necessidades da Administração Pública, de acordo com as circunstâncias específicas e observando os princípios legais vigentes.

Por fim, é essencial observar que a pré-qualificação, ao definir prazos insuficientes ou critérios não alinhados à necessidade específica da contratação futura, riscos como **restrição indevida da competitividade**, podendo resultar em anulação do certame ou contratação a preços elevados, conforme alertado na orientação normativa do TCU (Orientações e Jurisprudência do TCU sobre Licitações e Contratos - 5ª Edição: 624).

Os Licitantes interessados em participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 09.004/2026 - CE** com o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, deverão estar pré-qualificados, nos termos do presente edital.

Caso haja atraso no atual cronograma, a sessão pública será temporariamente interrompida, sendo exigido que todos os licitantes pré-qualificados, bem como aqueles que aguardam o desfecho do julgamento de recurso, submetam suas propostas na plataforma eletrônica em conformidade com as disposições do edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 09.004/2026 - CE**.

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: Tribunal de Contas do Estado do Ceará: [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes); Portal da Transparência do Município de Guaiúba-CE ou pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Informamos que pedidos de **esclarecimento, impugnações ou qualquer tipo de informação** sobre a pré-qualificação deve ser enviada para o e-mail: [licitacao@guaiuba.ce.gov.br](mailto:licitacao@guaiuba.ce.gov.br). Os meios citados são apenas veículos de divulgação do edital.

## 2. COMPOSIÇÃO DO EDITAL

O Edital é composto de duas partes:

- a) Edital de Pré-qualificação: Documento destinado à análise das condições de qualificação técnica dos interessados.
- b) Termo de Referência: Documento necessário para a contratação de bens e serviços.

## 3. OBJETO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

3.1. Constitui objeto desta Pré-qualificação a seleção de empresas especializadas na **PRÉ-QUALIFICAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO RURAL NO DISTRITO DE DOURADO NO MUNICÍPIO DE GUAÍÚBA - CE**, cujo detalhamento se encontra inserido no Anexo I – Termo de Referência, que é parte integrante deste Edital.

#### 4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas de contratações decorrentes desta Pré-qualificação, serão cobertas por meio da dotação orçamentária:

<b>ÓRGÃO</b>	0901 Secretaria de Infra-Estrutura e Habitação
<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b>	0901 Secretaria de Infra-Estrutura e Habitação
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	15 451 0018 1.034 Pavimentação e recuperação de vias e logradouros públicos.
<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	4.4.90.51.00 - Obras e instalações.
<b>FONTE DE RECURSO</b>	1700000000

#### 5. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta pré-qualificação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto e atenderem a todas as demais exigências contidas neste edital.

5.2. Não poderão participar da presente pré-qualificação:

5.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

5.2.2. Consórcio Nacionais ou estrangeiras, isoladamente, ou empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas as de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

5.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

5.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

## **6. PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

6.1. A Documentação requerida nos itens seguintes deverá ser apresentada em 1 (uma) via, para qualificação técnica.

6.2. Os documentos de **PRÉ-QUALIFICAÇÃO** deverão ser apresentados na língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou sobrescritos, paginadas, datadas e assinadas.

6.3. Os documentos deverão ser enviados para o endereço eletrônico **licitacao@guaiuba.ce.gov.br**.

6.4. Os documentos poderão ser enviados por via postal para o seguinte endereço: Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaiúba-CE, na Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiúba – CE.

6.4.1. Quando a documentação for encaminhada por via postal, o Proponente assume inteira responsabilidade pela ocorrência de atraso, desvio ou danificação dos mesmos. No caso de eventual recebimento de documentação fora do prazo estipulado neste Edital, os envelopes serão devolvidos devidamente fechados.

6.5. Os documentos enviados por via postal deverão estar dentro do prazo de vigência da validade e poderão ser apresentados:

- a) em original;
- b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente;
- c) em cópia simples ou original;
- d) por publicação em órgão da imprensa oficial.

## **7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

7.7 A documentação deverá ser a constante no Termo de Referência anexo deste edital.

7.8 Admite-se apresentação de documentos com assinatura eletrônica avançada (GOV.BR) ou assinatura eletrônica qualificada que utilize certificado digital nos termos da Lei 14.063/2020.

7.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida

em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10 Deverá, ainda, ser apresentada declaração que concorda com os termos do presente edital, conforme modelo anexo.

7.11 A Pré-Qualificação das Proponentes será realizada com base na apresentação de documentos obrigatórios exigidos para efeito de qualificação deste Edital.

7.12 A sistemática de avaliação a ser aplicada para a qualificação técnica das Proponentes, consistirá na verificação do atendimento de todos os itens obrigatórios, conforme exigências neste Edital.

7.13 A Proponente que deixar de apresentar a documentação de qualificação técnica exigida no presente Edital será automaticamente inabilitada, não se admitindo, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para a complementação desses documentos.

## **8. PROCEDIMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO**

8.1. A Documentação especificada neste Edital constitui parte integrante do processo de **PRÉ-QUALIFICAÇÃO**.

## **9. JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO**

9.1. A análise da documentação de qualificação da documentação para avaliação técnica, será realizada pelo agente de contratação.

9.2. A documentação deverá definir claramente para quais lotes a Proponente está se candidatando, quando for o caso.

9.3. Serão Pré-qualificadas todas as Proponentes que atenderem a todos os itens obrigatórios no Edital.

## **10. PRAZOS**

10.1. O exame dos documentos deverá ser feito no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo o agente ou a comissão de contratação determinar correção ou reapresentação de documentos, quando for o caso, com vistas à ampliação da competição.

10.2. O certificado de **PRÉ-QUALIFICAÇÃO** terá vigência de 01 (um) ano.

10.2.1. O prazo de validade da presente **PRÉ-QUALIFICAÇÃO** não será superior ao prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados.

## **11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

11.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I- recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação do resultado em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado.

11.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

11.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5. Os recursos deverão ser acompanhados de documentação comprobatória que demonstre a representatividade do representante legal que assinou os mesmos.

11.6. Os recursos deverão ser enviados na Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaiúba-CE, na Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiúba – CE, dentro do horário (08h00min às 14h:00min) ou pelo e-mail: [licitacao@guaiuba.ce.gov.br](mailto:licitacao@guaiuba.ce.gov.br).

## **12. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO:**

12.1. Qualquer pessoa pode impugnar este edital de pré-qualificação por irregularidade na aplicação da lei ou para pedir esclarecimentos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de final prevista para recebimento dos documentos (art. 164 da Lei nº 14.133/2021) e deverão ser enviados na Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaiúba-CE, na Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiúba – CE, dentro do horário (08h00min às 14h:00min) ou pelo e-mail: [licitacao@guaiuba.ce.gov.br](mailto:licitacao@guaiuba.ce.gov.br)

12.1.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Agente de contratação ou Comissão de Contratação, por meio eletrônico.

12.1.2. A impugnação deverá estar subscrita e acompanhada da documentação do impugnante, sendo CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, ou de CNPJ e ato constitutivo, se pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como da procuração e outros documentos que comprovem que o signatário possui poderes de representação, se o caso.

12.1.3. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

12.2. Caberá à Comissão de Contratação, auxiliado pelos responsáveis requisitantes pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação.

12.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório

## **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. A Comissão de Contratação rejeitará a documentação que seja apresentada em desacordo com as exigências do Edital.

13.2. A Prefeitura reserva-se o direito de revogar ou anular, cancelar ou transferir no todo ou em parte, a presente Pré-qualificação, por conveniência administrativa ou por

ilegalidade, sem que às Proponentes caiba direito a reclamação ou pedido de indenização de qualquer espécie.

13.3. Reserva-se a Prefeitura o direito de, em qualquer fase desta Pré-qualificação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente do processo licitatório.

13.4. A Proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e da Documentação apresentada, podendo a Comissão de Contratação inabilitá-la, caso seja constatada a ocorrência de imprecisão ou falsidade das informações e/ou da Documentação apresentada.

13.5. Não será permitido a qualquer Proponente solicitar a retirada dos envelopes de Documentação ou de qualquer documento, após a sua entrega.

13.6. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Contratação.

13.7. O resultado da Pré-Qualificação será divulgado gratuitamente através dos sites: Tribunal de Contas do Estado do Ceará: [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes); Portal da Transparência do Município de Guaiúba-CE ou pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Guaiúba/CE, 23 de junho de 2026.

**JOSÉ WELLINGTON DE MELO GONÇALVES JÚNIOR**  
Secretário de Infraestrutura e Habitação

**ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09.004/2026-PQ**

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA INTEGRAL COM OS TERMOS DO EDITAL DE PRÉ-  
QUALIFICAÇÃO**

[Local e data]

À Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_

Ref. Edital de Pré-Qualificação nº [número]

Prezados Senhores,

Nós, [nome do licitante ou representante legal], inscritos no CNPJ sob o nº [número do CNPJ] e com sede à [endereço completo da sede], por meio deste, declaramos para os devidos fins de direito, que:

1. Recebemos e examinamos todos os documentos relativos ao Edital de Pré-Qualificação supracitado.
2. Concordamos integralmente com todos os termos, condições e especificações contidas no Edital de Pré-Qualificação nº \_\_\_\_\_ e seus anexos.
3. Comprometemo-nos a respeitar todas as disposições e cumprir fielmente os requisitos estabelecidos no Edital de Pré-Qualificação, bem como em todos os documentos referentes ao mesmo, sem exceção.
4. Estamos cientes de que qualquer falsidade declarativa nos sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, inclusive quanto às penalidades e responsabilidades decorrentes (Lei nº 14.133, de 2021).

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

[Assinatura do responsável legal]

[Nome do responsável legal]

[Número da identidade ou outro documento de identificação]

[Nome do licitante ou empresa]

## **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09.004/2026-PQ**

#### **1. OBJETO**

**1.1 PRÉ-QUALIFICAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO RURAL NO DISTRITO DE DOURADO NO MUNICÍPIO DE GUAÍÚBA - CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço e obra.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.

1.4. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses.

1.5. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

#### **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação tem por objetivo a seleção de empresa especializada para a execução dos serviços de pavimentação rural no Distrito de Dourado, no Município de Guaiúba/CE, visando promover melhorias significativas na infraestrutura viária local e garantir melhores condições de mobilidade para a população.

Atualmente, as vias do Distrito de Dourado apresentam condições que dificultam o tráfego de veículos e pedestres, especialmente durante o período chuvoso, ocasionando transtornos à população residente, ao transporte escolar, ao escoamento da produção agrícola e ao acesso aos serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, uma vez que busca proporcionar infraestrutura adequada à população do Distrito de Dourado, promovendo melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento regional, acessibilidade e segurança viária, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e da boa gestão dos recursos públicos.

#### **3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços, objeto deste Projeto Básico deverá obedecer às pertinentes normas, critérios e parâmetros técnicos de qualidade estabelecidos na composição do competente Edital, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e os dispositivos da legislação complementar pertinente, bem como pelos preceitos de direito público e privado e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A descrição da solução está descrita no Estudo Técnico Preliminar

#### **5. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DA CONTRATADA**

5.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, além de obras a serem contratados mediante licitação, na modalidade concorrência tipo menor preço.

5.2. A execução do Contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

6.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) Recrutar pessoal habilitado e com experiência comprovada fornecendo ao CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;
- b) Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
- c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- d) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da execução dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- e) Responder perante a CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando a devida maneira por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- f) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;
- g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao CONTRATANTE;
- h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;

- i) Responder pecuniariamente por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, município ou terceiros decorrentes da prestação de serviços;
- j) Respeitar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- k) Responsabilizar se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;
- l) Responsabilizar se perante aos órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;
- m) Manter durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- n) Manter nos locais dos serviços um “Livro de Ocorrências”, onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da FISCALIZAÇÃO. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO;
- o) Colocar no local de execução dos serviços como residente um Engenheiro com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados, inclusive para que sejam emitidas as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica ART's, devendo seu nome ser submetido à aprovação da CONTRATANTE, após a assinatura do Contrato.

6.2. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer das condições especiais da prestação dos serviços e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) Prestar os serviços de acordo com os Projetos básicos e seus complementos;
- b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
- c) Responsabilizar se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- d) Apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª (primeira) medição, cronograma e descrição da implantação das medidas preventivas definidas no Programa de Gerenciamento de Riscos PGR, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento;
- e) Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de “Anotação de Responsabilidade Técnica” correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;
- f) Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;

- g) Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio digital;
- h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites previstos em lei.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço;
- 7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;
- 7.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 7.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
  - 7.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 7.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 7.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 7.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 7.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 7.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 7.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 7.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 7.12. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 7.13. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da Lei nº 14.133/21 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;
- 8.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 8.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.8. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 8.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 8.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 8.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

- 8.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 8.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 8.20. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 8.21. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 8.22. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 8.23. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis n. 6.496/77);
- 8.24. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 8.25. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 8.26. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.27. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

8.28. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

8.29. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

8.30. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados;

## **9. SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na seguinte condição:

9.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

9.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

9.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais Fiscais de Contrato, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Fiscal de Contrato deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

11.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.6. O Fiscal de Contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 155, incisos I, II e III da Lei nº 14.133, de 2021.

11.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

11.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

11.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica

corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021

## **12. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

12.1. O objeto desta Licitação será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação da CONTRATADA;

b) Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, designada pelo CONTRATANTE, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto na Lei nº 14.133/21

12.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

12.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **13. PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

13.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.4.1. o prazo de validade;

13.4.2. a data da emissão;

13.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

13.4.4. o período de prestação dos serviços;

13.4.5. o valor a pagar; e

13.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.6.1. não produziu os resultados acordados;

13.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

13.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.8. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

13.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 14. REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contados da data base do orçamento de referência.

14.2. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação dos índices constantes do "INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMICA" (Índice Nacional da Construção Civil – INCC) editada pela Fundação Getúlio Vargas.

14.3. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V \left[ \frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I<sub>0</sub> = Índice inicial - refere-se ao mês da apresentação da proposta;

I = Índice final - refere-se ao mês de aniversário anual da proposta.

14.3.1. O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **15. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS**

15.1. Esse item trata das situações excepcionais, denominadas de “Força Maior”, para efeitos de exclusão das responsabilidades da CONTRATADA.

15.2 Motivos de Força Maior

15.2.1 São considerados motivos de “Força Maior”, para os efeitos de exclusão de responsabilidade, os eventos excepcionais, aleatórios, imprevisíveis não domináveis no plano tecnológico, colocando a CONTRATADA na impossibilidade de assumir em parte ou na sua totalidade os seus compromissos contratuais, tais como: greves, enchentes, incêndios, catástrofes naturais, atentados, revolução, guerra e outros de mesma natureza e proporção.

15.2.2 Na ocasião de tais acontecimentos, a CONTRATADA, deverá tomar junto com a PREFEITURA, todas as medidas necessárias para evitar uma parada definitiva dos serviços.

15.2.3 Poderão ser fixadas novas condições contratuais adaptadas as circunstâncias criadas pelo caso de “Força Maior”. Nessas situações as penalidades previstas neste Contrato não são aplicáveis.

15.2.4 No caso de greves de empregados/servidores da CONTRATADA ou da PREFEITURA, estas deverão tomar as medidas que forem necessárias para a normalização dos serviços em no máximo cinco dias, não sendo imputável por qualquer das partes ônus adicional à outra.

## **16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

16.1.5. cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2. Multa de:

16.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

16.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

16.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

16.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

16.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Municipal e cobrados judicialmente.

16.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

## **17. VALOR ESTIMADO**

17.1. O valor total estimado dos serviços é **R\$ 1.353.809,33** (um milhão trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e nove reais e trinta e três centavos).

17.2. Nos preços estão incluídas todas as despesas com mão-de-obra, materiais, EPI's, EPC's, alimentação, transporte, lucro, tributos e taxas, assim como quaisquer outras que incidirem de forma direta ou indiretamente à necessária e perfeita execução dos serviços objeto do presente Projeto Básico.

## **18. PRAZOS**

18.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses corridos, contados a partir da publicação do respectivo.

18.2. O prazo de execução será de 06 (seis) meses conforme cronograma físico financeiro.

## **19. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**UNIDADE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 15 451 0018 1.034 Pavimentação e recuperação de vias e logradouros públicos.

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00 Obras e instalações.

**Fonte de Recursos:** 1700000000.

## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **a. Habilitação jurídica**

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

a.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

a.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

a.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

a.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

a.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

## **b. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal \(Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema\).](#)

b.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

b.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **c. Qualificação Econômico-Financeira**

c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem)

c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e

III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .

c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do

domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação.

c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **d. Qualificação Técnica**

d.1.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

d.1.2 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

d.1.3 Prova de **inscrição ou registro da LICITANTE junto ao Conselho profissional competente**, quando for o caso, da localidade da sede da PROPONENTE, em plena validade.

d.1.4 Atestado e/ou certidão e/ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito, público ou privado, que demonstrem **capacidade operacional** na execução de serviços similares ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, e **cuja(s) parcela(s) de maior relevância técnica**, tenha(m) sido:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA	M2	3.054,2 4

**d.1.5** Para efeito de comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa licitante, os serviços mencionados deverão ter sido executados, integralmente.

**d.2)** A exigência de atestados é restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

**d.3)** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**d.4)** Não será admitida a apresentação de Atestado ou Declaração em nome de empresas subcontratadas. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente e/ou no cartão do CNPJ onde consta a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

**d.5)** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

d.5.1) Comprovação da PROPONENTE possuir como **Responsável(is) Técnico(s)** ou em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo Conselho profissional competente detentor(es) de **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO**, que comprove a execução de obras de características técnicas similares às do objeto da presente licitação em:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND
01	PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA	M2

**f)** No caso de o profissional de nível superior detentor da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO não constar da relação de responsáveis técnicos junto ao CREA e/ou CAU, **o acervo do profissional será aceito, desde que ele demonstre ser pertencente ao quadro permanente da empresa.**

**g)** Entende-se, para fins deste EDITAL, como pertencente ao quadro permanente:

**g.1)** O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "**ficha ou livro de registro de empregado**" ou cópia da **Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.**

**g.2)** Comprovação da **participação societária**, no caso de sócio, através de cópia do Contrato Social.

**g.3)** Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de **contrato de prestação de serviços**, celebrado de acordo com a legislação civil comum ou através de declaração de contratação futura acompanhado de anuência deste (Acórdão 1446/2015 Plenário).

**h)** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, observado o art. 160 e § 12 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**i)** Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**j)** O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

## **ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. Descrição da Necessidade da Contratação**

A presente contratação decorre da necessidade de execução de serviços de pavimentação rural no Distrito de Dourado, no Município de Guaiúba/CE, visando promover melhorias na infraestrutura viária local e garantir condições adequadas de mobilidade, acessibilidade e segurança para a população residente e demais usuários das vias contempladas.

Atualmente, as estradas e vias rurais da localidade apresentam trechos com condições precárias de trafegabilidade, caracterizados pela existência de irregularidades, erosões, poeira excessiva em períodos secos e acúmulo de lama durante o período chuvoso. Tais condições dificultam o deslocamento de veículos e pedestres, comprometendo o acesso da população aos serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança, além de prejudicar o transporte escolar, o escoamento da produção agrícola e o desenvolvimento das atividades econômicas da região.

A adequada infraestrutura viária constitui elemento fundamental para o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais, uma vez que possibilita melhores condições de deslocamento, reduz custos operacionais de transporte, amplia a integração entre localidades e contribui para a melhoria da qualidade de vida da população. A ausência de pavimentação adequada resulta em constantes necessidades de manutenção das vias, além de ocasionar transtornos à população, especialmente nos períodos de maior incidência pluviométrica.

Nesse contexto, a execução dos serviços de pavimentação rural mostra-se indispensável para proporcionar maior durabilidade das vias, segurança no tráfego de veículos e pedestres, redução dos impactos causados pelas condições climáticas e melhoria das condições de acesso às residências, equipamentos públicos e áreas produtivas da região. A intervenção contribuirá ainda para a valorização das áreas beneficiadas e para o fortalecimento das atividades econômicas locais.

A contratação de empresa especializada faz-se necessária em razão da complexidade técnica inerente aos serviços de engenharia a serem executados, que demandam mão de obra qualificada, equipamentos específicos, acompanhamento técnico especializado e observância às normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis. A solução contempla a execução dos serviços necessários à implantação da pavimentação, conforme projetos, especificações técnicas e demais documentos que integrarão o processo de contratação.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, estando alinhada às políticas de desenvolvimento urbano e rural do Município de Guaiúba/CE, contribuindo para a melhoria da infraestrutura viária, para o fortalecimento da mobilidade local e para a promoção do desenvolvimento social e econômico do Distrito de Dourado, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da adequada aplicação dos recursos públicos.

### **2. Demonstração da Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual**

A presente contratação está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 do município de Guaiúba/CE, sob o ID de item nº 114. Essa previsão está alinhada às prioridades estabelecidas pelo planejamento estratégico municipal, demonstrando o compromisso da Administração Pública em atender às necessidades de infraestrutura urbana.

### **3. Requisitos da Contratação**

Para a adequada execução da contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação rural no Distrito de Dourado, no Município de Guaiúba/CE, a futura contratada deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais e de sustentabilidade abaixo estabelecidos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

#### **Requisitos Técnicos e Operacionais**

- Executar os serviços de pavimentação rural, compreendendo todas as etapas necessárias à sua plena conclusão, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada, transporte, mobilização e desmobilização de equipes, bem como todos os insumos indispensáveis à perfeita execução do objeto.
- Executar os serviços em conformidade com os projetos de engenharia, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovados pela Administração.
- Fornecer e aplicar materiais de qualidade comprovada e compatíveis com as especificações técnicas do projeto, observando rigorosamente as normas técnicas vigentes.
- Disponibilizar máquinas, equipamentos e ferramentas adequados à execução dos serviços, garantindo produtividade, qualidade e segurança durante todas as etapas da obra.
- Executar os serviços de terraplenagem, regularização, compactação, drenagem, pavimentação e demais intervenções previstas nos projetos e especificações técnicas.
- Realizar os ensaios, testes tecnológicos e controles de qualidade exigidos pelas normas técnicas aplicáveis, comprovando a conformidade dos materiais empregados e dos serviços executados.
- Promover a recuperação das áreas eventualmente impactadas pela execução da obra, observando as condições definidas nos projetos, licenças e demais documentos técnicos aplicáveis.

#### **Requisitos de Qualificação da Contratada**

- Comprovar capacidade técnico-operacional por meio de atestados de desempenho anterior que demonstrem experiência compatível com a execução de obras de pavimentação, infraestrutura viária ou serviços de engenharia de características semelhantes ao objeto da contratação.

- Possuir registro ou inscrição regular junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, quando aplicável.
- Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por profissionais legalmente habilitados e devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais, responsáveis pela execução, acompanhamento e supervisão dos serviços.
- Manter responsável técnico formalmente designado durante toda a execução contratual, com emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, conforme aplicável.

### **Requisitos de Segurança e Qualidade**

- Observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho e saúde ocupacional aplicáveis às atividades desenvolvidas, responsabilizando-se integralmente pela proteção de seus trabalhadores e de terceiros.
- Adotar medidas preventivas para minimizar riscos de acidentes durante a movimentação de solo, operação de máquinas e equipamentos, transporte de materiais e execução dos serviços de pavimentação.
- Garantir a qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, responsabilizando-se pela correção de defeitos, falhas ou inconformidades identificadas durante a execução da obra ou no período de garantia.
- Assegurar que todos os materiais empregados sejam novos, de primeiro uso, e atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas pela Administração.

### **Requisitos Ambientais e de Sustentabilidade**

- Executar os serviços em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as condicionantes eventualmente estabelecidas pelos órgãos competentes.
- Adotar práticas construtivas que promovam a redução dos impactos ambientais decorrentes da execução da obra.
- Proceder ao gerenciamento, transporte e descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, observando a legislação aplicável.
- Implementar medidas de controle de poeira, erosão e assoreamento, especialmente durante as etapas de movimentação de solo e execução da pavimentação.
- Priorizar, sempre que tecnicamente viável, materiais e métodos construtivos que contribuam para a sustentabilidade ambiental e para a durabilidade da infraestrutura executada.

### **Requisitos de Prazo, Garantia e Assistência Técnica**

- Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração, adotando todas as medidas necessárias para assegurar a conclusão tempestiva do objeto.
- Oferecer garantia dos serviços executados e dos materiais empregados, nos termos da legislação vigente, das normas técnicas aplicáveis e das especificações constantes do projeto.
- Corrigir, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer defeitos, falhas construtivas ou inconformidades identificadas durante o período de garantia.
- Entregar a obra em perfeitas condições de utilização, acompanhada da documentação técnica pertinente, relatórios de ensaios, medições, registros fotográficos, termo de recebimento e demais documentos exigidos pela Administração para o recebimento definitivo dos serviços.

#### **4. Estimativas das Quantidades para a Contratação**

Foi elaborado orçamento detalhado por profissional técnico legalmente habilitado, responsável pelo levantamento das quantidades de materiais, equipamentos, mão de obra e serviços necessários à execução da pavimentação rural no Distrito de Dourado, Município de Guaiúba/CE. O levantamento contempla todas as etapas indispensáveis à plena execução do objeto, incluindo serviços preliminares, mobilização e desmobilização de equipamentos, terraplenagem, regularização e compactação do subleito, execução de pavimentação, obras de drenagem, transporte de materiais, sinalização, controle tecnológico, limpeza final da obra e demais serviços necessários à adequada conclusão do empreendimento.

As estimativas foram desenvolvidas com base nos projetos de engenharia, memoriais descritivos, especificações técnicas, levantamentos de campo e demais documentos que compõem a fase de planejamento da contratação, observando as normas técnicas vigentes, a legislação aplicável e as boas práticas de engenharia. O dimensionamento dos quantitativos buscou assegurar a precisão dos custos, a viabilidade técnica da solução adotada, a economicidade da contratação e a adequada aplicação dos recursos públicos.

O orçamento detalhado contempla todas as intervenções necessárias para proporcionar condições adequadas de trafegabilidade, acessibilidade e segurança aos usuários das vias contempladas, considerando desde a preparação da área de execução até a conclusão dos serviços e entrega definitiva da obra. Foram considerados, ainda, os serviços complementares indispensáveis à durabilidade da infraestrutura implantada e ao atendimento das condições previstas em projeto.

Dessa forma, as quantidades estimadas refletem as necessidades efetivas para a execução da pavimentação rural pretendida, garantindo que a contratação seja realizada com observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, assegurando a adequada execução da obra e o atendimento das demandas da população beneficiada.

#### **5. Levantamento de Mercado**

A Prefeitura Municipal de Guaiúba/CE não dispõe de estrutura operacional, equipamentos, maquinário pesado, mão de obra especializada nem equipe técnica suficiente para executar diretamente os serviços de pavimentação rural no Distrito de Dourado. Trata-se de obra de engenharia que demanda conhecimentos técnicos específicos, utilização de equipamentos adequados, controle tecnológico dos materiais empregados, gerenciamento de obra e observância às normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis, tornando indispensável a contratação de empresa especializada com comprovada experiência na execução de obras de infraestrutura viária.

A contratação de empresa especializada é fundamental para assegurar a adequada execução do empreendimento, garantindo a qualidade dos serviços, a durabilidade da pavimentação, a segurança dos usuários das vias, o cumprimento dos prazos estabelecidos, a observância dos projetos e especificações técnicas, bem como a correta aplicação dos recursos públicos.

A seguir, apresentam-se as alternativas de contratação analisadas para atendimento da necessidade identificada, considerando a utilização da Concorrência Eletrônica e da combinação de Pré-Qualificação Permanente seguida de Concorrência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **Pregão Eletrônico**

### **Pontos Positivos:**

- Rapidez no processo licitatório, em razão de prazos mais reduzidos, possibilitando maior celeridade na contratação e no início da execução dos serviços.
- Maior competitividade, ampliando a participação de empresas e favorecendo a obtenção de propostas potencialmente mais vantajosas para a Administração.
- Transparência e ampla publicidade, uma vez que o ambiente eletrônico facilita o acompanhamento pelos órgãos de controle e pela sociedade.

### **Pontos Negativos:**

- Limitação técnica para o objeto pretendido, considerando que a execução dos serviços de pavimentação rural constitui obra de engenharia que demanda conhecimentos técnicos especializados, observância de projetos, especificações técnicas, controle tecnológico dos materiais e adequada gestão da execução dos serviços.
- Possibilidade de priorização excessiva do critério de menor preço, sem a adequada avaliação da capacidade técnica, operacional e profissional necessária para a execução da obra de pavimentação com a qualidade e durabilidade exigidas pela Administração.
- Maior risco de problemas na execução contratual decorrentes da participação de empresas sem experiência suficiente em obras de pavimentação e infraestrutura viária, podendo resultar em atrasos, falhas construtivas, retrabalhos, aumento dos custos de manutenção e comprometimento da vida útil da obra.

## **Pré-Qualificação + Concorrência**

### **Pontos Positivos:**

- Elevado rigor técnico, permitindo a participação apenas de empresas que comprovem experiência e capacidade operacional compatíveis com a execução de obras de pavimentação e infraestrutura viária.
- Maior segurança quanto à qualidade da execução dos serviços, mediante análise prévia da qualificação técnica, operacional e profissional das empresas interessadas.
- Competitividade qualificada, restringindo a disputa a empresas efetivamente aptas a executar o objeto, promovendo equilíbrio entre economicidade e qualidade técnica.
- Redução dos riscos de atrasos, falhas executivas, inadequações construtivas, retrabalhos e problemas relacionados à durabilidade e ao desempenho da pavimentação após a conclusão da obra.
- Maior garantia de que os serviços serão executados em conformidade com os projetos de engenharia, especificações técnicas, normas ambientais, normas de segurança e demais exigências legais aplicáveis.

### **Pontos Negativos:**

- Prazo de contratação mais extenso, em razão da realização da etapa prévia de qualificação técnica.
- Maior complexidade administrativa para condução do procedimento licitatório.
- Possível redução do número de participantes, embora se assegure maior qualificação das empresas habilitadas.

### **Conclusão**

Considerando a relevância da execução dos serviços de pavimentação rural para a melhoria da mobilidade, acessibilidade, segurança viária e desenvolvimento socioeconômico do Distrito de Dourado, no Município de Guaiúba/CE, bem como a complexidade técnica inerente à execução de obras de infraestrutura viária, recomenda-se a adoção do procedimento de Pré-Qualificação Permanente seguida de Concorrência Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Embora demande maior tempo e esforço administrativo, esse modelo proporciona maior segurança quanto à capacidade técnica das empresas participantes, reduzindo riscos de execução e assegurando que os serviços sejam realizados com qualidade, eficiência, conformidade técnica e adequada aplicação dos recursos públicos. Além disso, contribui para a seleção de empresas efetivamente aptas a executar obras de pavimentação, garantindo maior durabilidade da infraestrutura implantada, melhores condições de trafegabilidade e benefícios permanentes para a população do Município de Guaiúba/CE.

## **6. Estimativa do Valor da Contratação**

Com base no orçamento técnico elaborado por profissional legalmente habilitado, o valor estimado para a execução dos serviços de pavimentação rural no Distrito de Dourado, Município de Guaiúba/CE, é de **R\$1.353.809,33** (um milhão trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e nove reais e trinta e três centavos). Esse valor contempla todos os insumos indispensáveis à execução do objeto, incluindo materiais de construção, agregados, equipamentos, máquinas pesadas, mão de obra especializada, transporte de materiais, serviços de terraplenagem, regularização e compactação do subleito, execução da pavimentação, obras de drenagem previstas em projeto, controle tecnológico, sinalização, mobilização e desmobilização de equipamentos, limpeza final da obra e demais recursos necessários para garantir a qualidade, segurança, durabilidade e funcionalidade da infraestrutura executada.

A estimativa apresentada foi elaborada com rigor técnico, observando parâmetros atualizados de mercado, referências oficiais de custos de obras públicas, normas aplicáveis à engenharia, bem como as legislações ambiental, urbanística e de segurança do trabalho pertinentes. O orçamento foi estruturado de modo a assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação, contemplando todas as etapas necessárias à adequada execução da obra e ao atendimento das condições previstas nos projetos e especificações técnicas.

O valor estimado poderá ser ajustado, de forma devidamente justificada e observadas as hipóteses legais aplicáveis, caso sejam identificadas necessidades supervenientes durante a execução contratual, desde que compatíveis com o projeto, com o interesse público e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a adequada execução do empreendimento.

## 7. Descrição da Solução

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de pavimentação rural no Distrito de Dourado, Município de Guaiúba/CE, contemplando a realização de todas as etapas, serviços, fornecimentos e procedimentos necessários para garantir melhores condições de mobilidade, acessibilidade, segurança viária e trafegabilidade para a população beneficiada.

A contratação abrangerá o fornecimento de materiais, equipamentos, máquinas, ferramentas, mão de obra especializada, serviços técnicos e demais insumos indispensáveis à execução integral da obra, compreendendo a realização dos serviços de terraplenagem, regularização e compactação do subleito, execução da pavimentação, implantação dos dispositivos de drenagem previstos em projeto, sinalização e demais intervenções necessárias à adequada funcionalidade da infraestrutura viária. A solução deverá ser executada em conformidade com os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, legislação ambiental vigente e demais regulamentos aplicáveis às obras de engenharia.

Os serviços incluirão, entre outras atividades, a mobilização e desmobilização de equipes e equipamentos, transporte e aplicação de materiais, execução das camadas estruturais da pavimentação, realização de obras complementares de drenagem,

controle tecnológico dos materiais empregados, sinalização da área de intervenção, limpeza final da obra e recuperação das áreas eventualmente impactadas durante a execução dos serviços.

A solução contempla ainda a realização de ensaios, inspeções, medições e demais procedimentos de controle de qualidade destinados a verificar a conformidade dos materiais e dos serviços executados, assegurando que a infraestrutura implantada atenda aos padrões técnicos exigidos e seja entregue em perfeitas condições de utilização. A contratada deverá responsabilizar-se pela correção de eventuais falhas, defeitos ou inconformidades identificadas durante o período de garantia, nos termos da legislação aplicável e das condições contratuais.

Sob a perspectiva do interesse público, a execução dos serviços de pavimentação rural constitui medida essencial para melhorar as condições de deslocamento da população, facilitar o acesso aos serviços públicos, fortalecer o transporte escolar, favorecer o escoamento da produção agrícola e promover maior integração entre as comunidades atendidas. Além disso, a solução contribuirá para a valorização das áreas beneficiadas, para a redução dos custos de manutenção das vias e para o desenvolvimento social e econômico da região.

Dessa forma, a contratação da solução proposta apresenta-se como a alternativa mais adequada para atender às necessidades identificadas pela Administração Municipal, assegurando eficiência, economicidade, sustentabilidade, segurança, durabilidade da infraestrutura e efetividade na prestação dos serviços públicos relacionados à mobilidade e ao desenvolvimento local no Município de Guaiúba/CE.

## **8. Justificativas para o Parcelamento da Contratação**

Optou-se por não realizar o parcelamento da contratação referente à execução dos serviços de pavimentação rural no Distrito de Dourado, Município de Guaiúba/CE, considerando que as etapas envolvidas são técnica e operacionalmente interdependentes, exigindo planejamento integrado, coordenação contínua e execução sequencial para garantir a adequada qualidade, durabilidade e funcionalidade da infraestrutura viária a ser implantada.

A execução conjunta e integral dos serviços proporciona maior eficiência na gestão contratual, evitando incompatibilidades técnicas entre diferentes executores, paralisações, retrabalhos, atrasos e dificuldades de integração entre as diversas etapas da obra. O parcelamento da contratação poderia comprometer a uniformidade dos padrões construtivos, a compatibilidade dos materiais empregados, o controle tecnológico da execução e a responsabilidade técnica pelo desempenho da pavimentação após sua conclusão.

Ademais, a contratação unificada possibilita maior controle técnico, financeiro e operacional por parte da Administração, assegurando melhor gerenciamento da execução, padronização dos serviços, cumprimento dos prazos estabelecidos e adequada aplicação dos recursos públicos. Tal medida também favorece a atribuição clara das responsabilidades contratuais, reduzindo riscos relacionados a falhas de execução,

conflitos entre contratados e dificuldades na identificação de eventuais inconformidades.

Dessa forma, considerando a natureza integrada da solução, a complexidade técnica das intervenções e a necessidade de garantir a eficiência, a segurança, a durabilidade e a qualidade da obra de pavimentação rural, conclui-se que a contratação em lote único representa a alternativa mais adequada para o atendimento do interesse público e para a obtenção dos resultados pretendidos pelo Município de Guaiúba/CE.

## **9. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos**

A contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação rural no Distrito de Dourado, Município de Guaiúba/CE, tem como objetivo principal promover melhorias significativas na infraestrutura viária local, garantindo melhores condições de mobilidade, acessibilidade, segurança e trafegabilidade para a população beneficiada.

Como resultado direto da contratação, espera-se a implantação de infraestrutura viária adequada, proporcionando maior conforto e segurança aos usuários das vias contempladas, reduzindo os transtornos causados pelas condições precárias de circulação, especialmente durante os períodos chuvosos. A execução da pavimentação contribuirá para minimizar problemas relacionados à formação de lama, erosões, poeira excessiva e irregularidades na superfície das vias, favorecendo o deslocamento de veículos e pedestres.

Pretende-se, ainda, melhorar o acesso da população aos serviços públicos essenciais, tais como saúde, educação, assistência social e segurança pública, bem como facilitar o transporte escolar e o deslocamento dos moradores das comunidades beneficiadas. A melhoria das condições viárias também contribuirá para o fortalecimento das atividades econômicas locais, especialmente no que se refere ao transporte de mercadorias, ao escoamento da produção agrícola e à integração entre as localidades do município.

Sob o aspecto da gestão pública, a contratação busca assegurar a aplicação eficiente dos recursos públicos mediante a execução de uma solução tecnicamente adequada, durável e sustentável, reduzindo a necessidade de manutenções corretivas frequentes e os custos associados à recuperação constante das vias. A execução dos serviços por empresa especializada contribuirá para garantir o cumprimento das normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis, assegurando qualidade, confiabilidade e desempenho da infraestrutura implantada.

Além dos benefícios imediatos, a solução proporcionará resultados de longo prazo, com reflexos positivos na valorização das áreas beneficiadas, no fortalecimento da infraestrutura municipal, na melhoria da qualidade de vida da população e no desenvolvimento social e econômico do Distrito de Dourado e demais áreas atendidas.

Dessa forma, os resultados pretendidos consistem na melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade, no aumento da segurança viária, na redução dos custos de manutenção das vias, no fortalecimento da infraestrutura de transporte municipal e na

obtenção de uma solução eficiente, durável e compatível com as necessidades atuais e futuras do Município de Guaiúba/CE.

## **10. Providências Pré-Contratuais**

Antes da celebração do contrato com a empresa vencedora da licitação, serão adotadas pela Prefeitura Municipal de Guaiúba/CE as providências necessárias para assegurar a adequada execução dos serviços de pavimentação rural no Distrito de Dourado, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público:

### **1. Aprovação dos Projetos e Documentos Técnicos:**

Serão concluídos e aprovados todos os documentos técnicos que compõem a contratação, incluindo projeto executivo (quando aplicável), memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais elementos necessários à perfeita caracterização do objeto e ao acompanhamento da execução contratual.

### **2. Conclusão do Procedimento Licitatório:**

Será realizada a fase externa da licitação, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, com a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração dentre as empresas previamente qualificadas, assegurando a observância dos princípios da isonomia, competitividade e julgamento objetivo.

### **3. Verificação da Regularidade da Empresa Vencedora:**

Antes da assinatura do contrato, será verificada a manutenção das condições de habilitação da empresa vencedora, especialmente quanto à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnico-profissional, conforme exigido no edital e na legislação vigente.

### **4. Formalização do Contrato:**

Após a conclusão das etapas anteriores, será realizada a assinatura do contrato administrativo, contendo todas as condições de execução da obra, prazos, responsabilidades das partes, critérios de medição e pagamento, penalidades, garantias e demais cláusulas necessárias à adequada gestão contratual.

### **5. Designação dos Responsáveis pela Fiscalização:**

A Administração promoverá a designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, que acompanharão a execução da obra, verificarão o cumprimento das obrigações contratuais e adotarão as providências necessárias para assegurar a qualidade dos serviços executados.

### **6. Emissão da Ordem de Serviço:**

Após a formalização contratual e o atendimento dos requisitos previstos no instrumento convocatório, será emitida a Ordem de Serviço autorizando o início

da execução da obra, observando-se os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro.

Essas providências são essenciais para assegurar a regularidade do processo, a adequada execução dos serviços e o alcance dos resultados pretendidos pela Administração, garantindo que a obra seja realizada com qualidade, segurança, eficiência e observância às normas técnicas e legais aplicáveis.

### **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas ao objeto em questão.

### **12. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras**

A execução dos serviços de pavimentação rural no Distrito de Dourado, Município de Guaiúba/CE, poderá ocasionar impactos ambientais temporários e de baixa magnitude, inerentes às atividades de engenharia necessárias à implantação da infraestrutura viária.

Entre os principais impactos potenciais destacam-se a movimentação de solo, a geração de resíduos da construção civil, a emissão temporária de poeira e ruídos durante a execução dos serviços.

Tais impactos são considerados controláveis e compatíveis com a natureza da intervenção, podendo ser minimizados mediante a observância da legislação ambiental aplicável e das boas práticas de engenharia durante a execução da obra.

Por outro lado, a solução proposta proporcionará benefícios permanentes à população, contribuindo para a melhoria da mobilidade, da acessibilidade e das condições de desenvolvimento local. Dessa forma, conclui-se que os benefícios decorrentes da implantação da infraestrutura superam os impactos temporários associados à execução dos serviços.

### **13. Posicionamento Conclusivo**

Após a realização dos estudos técnicos, análise das necessidades identificadas, avaliação das alternativas disponíveis e definição da solução mais adequada para atendimento do interesse público, conclui-se que a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação rural no Distrito de Dourado, Município de Guaiúba/CE, mostra-se necessária, viável e plenamente justificável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e social.

A solução proposta atende de forma satisfatória à demanda existente, proporcionando melhorias significativas na infraestrutura viária local, com reflexos diretos na mobilidade, acessibilidade, segurança e qualidade de vida da população beneficiada. Além disso, contribuirá para facilitar o acesso aos serviços públicos, fortalecer as atividades econômicas da região e promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas.

Os estudos realizados demonstraram que a execução dos serviços por empresa especializada constitui a alternativa mais adequada para assegurar a qualidade técnica da obra, o cumprimento das normas aplicáveis, a durabilidade da infraestrutura implantada e a correta aplicação dos recursos públicos. Verificou-se, ainda, que a contratação em lote único representa a solução mais vantajosa, considerando a interdependência técnica e funcional das etapas que compõem a execução da pavimentação.

A estimativa de custos foi elaborada com base em critérios técnicos e parâmetros de mercado, demonstrando compatibilidade com os serviços a serem executados e observando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento. Os resultados pretendidos evidenciam benefícios permanentes para a população, especialmente no que se refere à melhoria das condições de trafegabilidade, ao fortalecimento da infraestrutura municipal e à valorização das áreas beneficiadas.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade e conveniência da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento dos procedimentos administrativos necessários à sua efetivação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, por representar medida de relevante interesse público e fundamental para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de mobilidade da população do Município de Guaiúba/CE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE _____			TIMBRE/BRASÃO	
<b>CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO</b>				
NÚMERO ___/2026	PRÉ-QUALIFICAÇÃO ___/2026-PQ	EMISSÃO: ___/___/2026	VALIDADE: ___/___/2027	
Razão Social XXXXXX			Telefone (XX) XXXX	
Endereço: XXXXXX				
Bairro: XXXX	Município: XXXXXX	UF XX	CEP: XXXXXX	
CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Inscrição Estadual XXXXXX	Capital Social (R\$) R\$XXXXXXXXXXXXXXXXXX		
Sócios (as): XXXXXXXXXXXXXXXXXX				
<p><b>O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, E NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº XXX DE XX DE XXXXX DE 2026, CERTIFICA QUE A LICITANTE ACIMA DESCRITO ESTÁ QUALIFICADA PARA PARTICIPAR DA <u>CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXXXXXXXXXXXXXXX</u>, DESTINADA A XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.</b></p>				
<p>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX AGENTE DE CONTRATAÇÃO</p>				